

ASPECTOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE LEITE PAULISTA E SEUS IMPACTOS SOBRE O EMPREGO, 1995-2006¹

Rosana de Oliveira Pithan e Silva²
Carlos Eduardo Fredo³

1 - INTRODUÇÃO

O Estado de São Paulo, por muitas décadas, foi o segundo maior produtor nacional de leite e teve papel importante no desenvolvimento da pecuária leiteira, sendo o primeiro Estado a controlar a qualidade do produto, a partir de 1887, quando D. Pedro II deu um importante passo nesse sentido com a criação da Imperial Estação Agronômica de Campinas, que iniciou os testes com amostras do produto no mercado.

Em 1998 São Paulo era o segundo maior produtor de leite. A partir do ano seguinte, começou a perder espaço no cenário nacional para Goiás, Rio Grande do Sul e Paraná passando em 2001 a ser o quinto maior produtor.

A queda da produção, de 1998 a 2006, foi registrada em -12,1%, passando de 1,9 milhão de litros para 1,7 milhão de litros, segundo dados estatísticos do IBGE (2007a).

O valor da produção gerado pelo leite (tipos B e C) no Estado de São Paulo, desde 1997, perdeu em participação sobre o valor total da produção. Apesar de em 1996 esta participação ter chegado a 6,3%, em 2006, contribuiu com apenas 2,8% (Figura 1) (IEA, 2007). As explicações estão na queda na produção leiteira no Estado e nos baixos preços pagos ao produtor que acabou entre outras coisas por levar a substituição das áreas de pastagens. Paralelamente, ocorria o avanço da cana-de-açúcar, que já em 1996 representava 25,5% do valor da produção do Estado e, em 2006, já atingia 45,5% sobre o total.

A expansão da pecuária leiteira para outras fronteiras aconteceu em função do crescimento do consumo leite longa vida, um tipo de produto que possibilita a produção em terras mais

distantes, com valor inferior as de São Paulo. Contribuíram também os benefícios fiscais e financiamentos que Estados, como Goiás, criaram como parte de uma política de incentivo à produção. Esses fatores tiveram influência considerável na redução do volume de leite produzido no estado paulista.

O fato de São Paulo ser o maior produtor nacional de leite pasteurizado, com 32,3% da produção (ROSOLEN, 2006), num mercado onde houve grande expansão do consumo de leite UHT (longa vida), levou a perdas de espaço, cada vez maiores, no cenário nacional.

A diminuição da competitividade do estado interferiu negativamente no desenvolvimento de toda a cadeia produtiva que pode ter se refletido também quanto à geração de empregos no setor.

Tendo em conta esses aspectos, nota-se que há uma lacuna de estudos sobre a relação da produção do leite com a geração de emprego. Assim, este trabalho procura evidenciar quais elos dessa cadeia são mais sensíveis ao dinamismo da produção de leite e indica alternativas e propostas para a revitalização dessa cadeia no Estado de São Paulo que pode refletir em criação de novas vagas de trabalho.

2 - OBJETIVOS

O principal objetivo deste trabalho é detectar se a queda de produção de leite no Estado de São Paulo, a partir de 1998, refletiu na geração de emprego na cadeia produtiva e porque isso ocorreu, tentando compreender e relacionar quais os motivos que levaram o estado a perder sua posição de segundo maior produtor nacional.

Como objetivo secundário, o trabalho, baseado em experiências de contato com produtores e especialistas da área, se propõe a sugerir alternativas que possam contribuir para reverter a situação e possibilitar o aumento da competitividade da cadeia produtiva de leite do estado paulista.

¹Registrado no CCTC, IE-38/2008.

²Socióloga, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: rpithan@iea.sp.gov.br).

³Engenheiro da Computação, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: cfredo@iea.sp.gov.br).

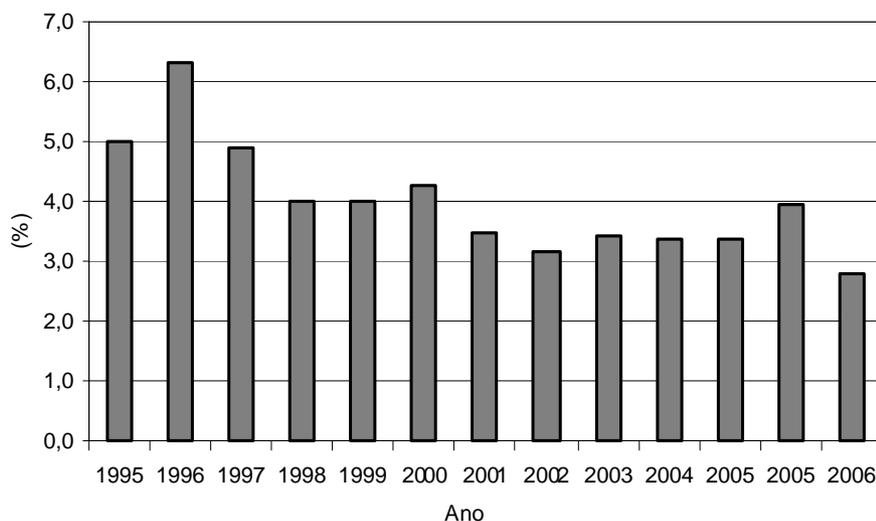


Figura 1 - Participação do Valor da Produção de Leite (Tipos B e C) sobre o Total do Valor da Produção Paulista, Período 1995-2006.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

3 - METODOLOGIA

Na primeira parte dos resultados deste trabalho, foram utilizados os dados primários da produção brasileira de leite organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1996 a 2006 e dados preliminares do Censo Agropecuário de 2006.

Na segunda parte dos resultados são apresentados os registros de carteira assinada na cadeia produtiva do leite no Estado de São Paulo referentes aos anos de 1995 a 2006 da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2007)⁴.

Este banco de dados de periodicidade anual reúne informações sobre estabelecimentos e vínculos ativos formais para os setores econômicos brasileiros tomando-se como referência o dia 31 de dezembro de cada ano. Por se tratar de informações obrigatórias e que podem acarretar em multas para o empregador em caso de omissão, esta base pode ser praticamente um censo sobre o emprego formal brasileiro. As informa-

ções disponíveis podem ser consolidadas em níveis setoriais econômicos e geográficos.

Os cinco setores econômicos (agropecuária, indústria, comércio, serviços e construção civil) são decompostos em atividades econômicas com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) versão de 1995 (IBGE, 2007b) que vigorou na RAIS até 2005, e a versão 2.0 atualmente em uso. Esta nova versão apresenta uma revisão das atividades antes vigentes, acrescentando algumas e suprimindo outras. No caso da cadeia produtiva do leite, não houve alteração alguma.

Pela metodologia empregada na RAIS, o informante deve escolher uma das atividades da CNAE que melhor caracterize seu estabelecimento quanto à principal atividade econômica.

Nos estabelecimentos onde ocorre pluriatividade, todos os postos de trabalho ali existentes serão classificados numa única categoria da CNAE, independente da ocupação de cada trabalhador (FREDO et al., 2005).

A cadeia produtiva do leite na CNAE é caracterizada por três categorias disponíveis: a criação de bovinos (setor agropecuário) e outras duas atividades: a preparação do leite⁵ (setor industrial) e comércio atacadista de leite e produ-

⁴Esta base pode ser obtida pelo Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e está disponível por meio de mídia eletrônica (CD-Rom) ou via Internet. Esta fonte dá ampla informação sobre a metodologia adotada pelo Ministério. É necessário cadastro prévio para acesso à base de dados.

⁵Compreende atividades de filtração, esterilização, pasteurização, homogeneização e resfriamento de leite e o envasamento de leite, associado ao beneficiamento.

tos de leite⁶ (setor de comércio).

Para o elo produtivo correspondente à produção de leite, os dados da RAIS apresentam dois pontos importantes que devem ser mencionados para facilitar as análises. O primeiro é a questão de esta atividade ser praticada em sua maioria por proprietários e seus familiares em que o número de contratações é baixo, portanto o registro em carteira é praticamente inexistente e conseqüentemente não são contabilizados na RAIS. O segundo ponto é a categoria da CNAE "criação de bovinos" que contempla tanto a pecuária de corte quanto a de leite e, por isso, as totalizações extraídas desse banco referem-se a ambas às atividades.

Para essas três atividades utilizaram-se informações referentes ao número de estabelecimentos e de postos de trabalhos ativos, na data da declaração. Da divisão entre essas duas variáveis é possível se obter a relação média de contratação por estabelecimento, que permite mensurar a capacidade de contratação por estabelecimento nos diferentes elos da cadeia.

4 - RESULTADOS

4.1 - Causas das Mudanças na Produção de Leite Paulista

Desde 1998, o Estado de São Paulo passou a ter uma produção decrescente de leite. Ao contrário de Minas Gerais que permanece no topo do *ranking* da produção brasileira, São Paulo manteve a tendência de queda no volume de leite produzido, foi ultrapassado por outros estados, a partir de 1999, e deixou de ser o segundo produtor nacional, como resultado de deficiências principalmente organizacionais, que lhe impossibilitaram uma reação. Já em 1996 havia indícios de que o fato poderia ocorrer, pois Goiás teve uma produção ligeiramente superior à de São Paulo, quando ocupou a segunda posição na produção brasileira (Tabela 1).

No entanto, em 1999, Goiás efetivamente passa a ser o segundo produtor nacional seguido do Rio Grande do Sul e, em 2000, é ultrapassado também pelo Paraná, mostrando cla-

ramente uma desestruturação do setor.

Em 2005, o Estado de Santa Catarina, o sexto produtor no *ranking* nacional, produzia apenas 280 milhões de litros a menos que o estado paulista. Em 2006, esta diferença tornou-se ainda menor, 34 milhões de litros. Isso é um indicativo de que em curto prazo, Santa Catarina deverá ocupar a posição de São Paulo, atualmente quinto produtor. A baixa produtividade do rebanho leiteiro no Estado de São Paulo em relação à média nacional é outro indicador que reforça essa idéia. Enquanto Santa Catarina atinge 8,6 litros/cabeça/dia, São Paulo tem a menor média do País com 5,2 litros/cabeça/dia (NEVES et al., 2006).

No entanto, apesar do recente crescimento do consumo, devido à melhora na renda nos últimos anos, a produção ainda cresce a taxas maiores que o consumo de leite que concorre com sucos e bebidas à base de soja. Atualmente o volume produzido é suficiente para que cada habitante consuma 0,4 litro de leite por dia. Para atender a recomendação do Ministério da Saúde a produção deveria ser então de 38 bilhões de litros (ZOCCAL et al., 2007).

A mudança no hábito de consumo da população, que passou a preferir o leite longa vida, foi uma das causas do aumento de produção/comercialização deste tipo de produto. O leite longa vida passou de 9,6% do total de leite fluido em 1992 para 75,8% em 2006, crescimento que se acelerou a partir de 1997, reflexo da preferência do consumidor por este produto, devido à sua praticidade e aos baixos preços praticados no varejo, setor que passou, desde o final da década de 1990, a ter um papel importante no mercado com a mudança da estrutura de produção e comercialização (Figura 2).

O principal canal de comercialização do produto, antes centrado nas padarias, passa a ser os supermercados, onde o consumidor tem acesso a todos os produtos em um único lugar. O leite longa vida foi, ainda, uma opção para a alta inflação que havia no País na década de 1980, pois era uma forma de estocar leite por várias semanas.

Apesar de todas essas mudanças, os produtores paulistas - grandes produtores de leite pasteurizado - negligenciaram essa nova situação do mercado. O discurso dos produtores contra o leite UHT, fez parte da maioria das discussões da Câmara Setorial de Leite e Derivados, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de

⁶Compreende o comércio atacadista de leite resfriado, pasteurizado, aromatizado e em pó e de derivados de leite.

TABELA 1 - Produção de Leite dos Principais Estados Produtores Brasileiros, 1996 a 2005
(milhões de litros)

Ano	Minas Gerais	São Paulo	Goiás	Rio Grande do Sul	Paraná	Santa Catarina	Brasil
1996	5.601	1.985	1.999	1.861	1.514	866	18.515
1997	5.602	2.003	1.869	1.913	1.580	852	18.666
1998	5.688	1.981	1.979	1.915	1.625	871	18.694
1999	5.801	1.913	2.066	1.975	1.725	907	19.070
2000	5.865	1.861	2.194	2.102	1.799	1.003	19.767
2001	5.981	1.783	2.322	2.222	1.890	1.076	20.510
2002	6.177	1.746	2.483	2.330	1.985	1.193	21.643
2003	6.320	1.785	2.523	2.306	2.141	1.332	22.254
2004	6.629	1.739	2.538	2.365	2.395	1.487	23.475
2005	6.909	1.744	2.649	2.468	2.568	1.516	24.621
2006	7.094	1.744	2.614	2.625	2.704	1.710	25.398

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2007a).

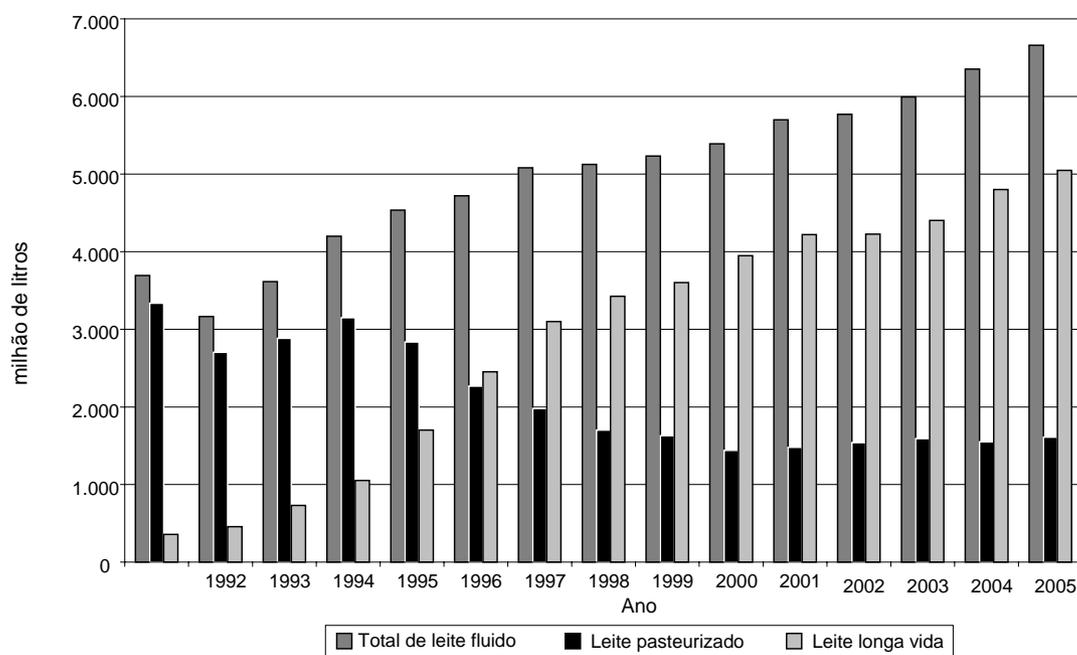


Figura 2 - Total de Leite Fluido, Longa Vida e Pasteurizado Comercializados, Brasil, 1992 a 2006¹.

¹Leite longa vida: inclui desnatados, enriquecidos, especiais, bebidas lácteas, composto alimentar e esterilizados (não inclui aromatizados). Total leite fluido: leite longa vida e leite pasteurizado (inclui tipos A, B, C, desnatados, especiais, reidratado e bebidas lácteas - não inclui aromatizados).

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da Associação Brasileira de Leite Longa Vida (ABLV).

São Paulo, por um longo período, tendo sido, muitas vezes, considerado o culpado pela crise do estado (CODEAGRO, 2008). Isso contribuiu para a perda de competitividade e expansão da produção na Região Centro-Oeste.

No caso desta região, os fatores que influenciaram positivamente para o crescimento da produção foram o menor valor das terras, o

baixo preço do concentrado para rações, a perda de competitividade da pecuária extensiva de corte e a disponibilidade da linha de crédito do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), com juros mais acessíveis e prazos e carências mais altos que os de mercado (MILKPOINT, 2001), além do uso de tecnologias de menores custos e de benefícios fiscais.

Um dos incentivos criados pelo governo de Goiás foi o Fundo de Apoio e Fomento à Industrialização de Goiás (FOMENTAR), que depois passou a se chamar PRODUIR. Seu objetivo era, através da isenção de 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Seguros (ICMS) por 15 anos, ser um chamariz para instalação de usinas no estado. O governo ainda concedeu financiamentos aos produtores para compra de matrizes e equipamentos (MILKPOINT, 2002). Em 1999, essa política já mostrou resultados favoráveis para Goiás que, nesse ano, ultrapassa o Estado de São Paulo no volume da produção.

Outra estratégia do governo goiano, em 2000, foi dar isenção de 80% do ICMS sobre o leite longa vida. Além disso, a implantação de uma logística para atender desde os mercados consumidores mais próximos até os mais distantes foi fundamental para a expansão da produção.

Um outro ponto também contribuiu para diminuir a participação de São Paulo no mercado: a baixa organização do segmento produtivo paulista em relação a Estados como Goiás e Paraná que têm uma estrutura organizacional efetiva e influente e que auxiliou no crescimento da produção e sua manutenção.

Em São Paulo, o papel das organizações é de defesa de interesses macro e conjunturais, mais que os estruturais. Isso significa dizer que seu papel tem sido mais visível em grandes temas que envolvam produtores de todo País do que nos temas do dia-a-dia como questões sobre melhora da qualidade da produção, redução dos custos, acesso a informações, investimento em extensão rural, etc.

Há um grande número de associações representando os diferentes elos da cadeia, cuja difusão nos níveis federal, estaduais, regionais e municipais acabam por dificultar o acesso de quem mais precisa se organizar e ter informações, que são os pequenos produtores.

A organização entre produtores, formal (associação ou cooperativa) ou informal, é um poderoso mecanismo para auxiliar na revitalização não apenas para a atividade leiteira, mas para quaisquer outras atividades agropecuárias.

Tal organização possibilita a um grupo de produtores reduzirem seus custos de produção praticando compras em conjunto tanto de bens de produção quanto de insumos e ainda acesso a créditos. Outro aspecto importante é sobre o destino da produção; muitas vezes o produtor encontra

dificuldades de comercializar seu produto com uma indústria por conta de sua baixa produção. A união entre eles permite uma produção em escala maior e assim aumenta o poder de barganha pelo preço do leite ao destinarem o produto para a indústria de processamento, tornando-os menos dependentes da figura do atravessador.

No estudo realizado por OTANI et al. (2001) com produtores familiares do município de Lagoinha (região do Vale do Paraíba) foram identificadas estas alternativas como necessárias para o fortalecimento do produto naquela região.

Porém, especialistas de outras regiões paulistas produtoras de leite apontam que existem dificuldades para que essa organização se concretize devido à grande heterogeneidade entre os produtores nos aspectos fitossanitários e nas técnicas de manejo o que acaba por desarticular o grupo.

Um produtor preocupado com a qualidade de seu leite executa as normas e os procedimentos prescritos necessários. Na questão de produção, é planejada para driblar a época das secas, com complementação da alimentação do animal, por exemplo. Esse tipo de produtor pode ser altamente prejudicado pelos demais que não seguem os mesmos procedimentos, levando à dissolução do grupo.

No Estado de Goiás, a Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG) exerceu uma liderança favorável e importante nos avanços da pecuária leiteira (CARVALHO, 2007). Os produtores organizados com ampla participação, coesão e engajamento conduziram ações mais eficazes através de uma articulação política ágil. Um exemplo foi a exigência de contratos entre as indústrias e os produtores para que as primeiras não perdessem os incentivos do FOMENTAR.

No Estado do Paraná, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná (SINDILEITE) se uniram para criar o Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (CONSELEITE), onde estão representados produtores rurais de leite e indústrias de laticínios. Sua função é buscar soluções conjuntas para problemas do setor lácteo, principalmente para estabelecer formas alternativas para negociar o preço da matéria-prima, reduzindo os conflitos entre os dois setores (CANZIANI e GUIMARÃES, 2003).

Além disso, o sistema cooperativo pau-

lista iniciou um processo de decadência. Com a globalização do mercado, sua modernização e reestruturação, a competitividade se tornou referência primordial. A má administração de empresas e cooperativas impediu a adaptação ao novo quadro econômico que surgia e este foi um dos fatores que abalou o sistema cooperativo em São Paulo, com a falência de algumas e venda de parte de capital de outras, como por exemplo da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo. A menor capacidade financeira e a falta de agilidade no processo de decisão diminuíram sua participação no mercado (RUFINO, s.d.).

A falta de fidelidade dos produtores é outro problema para as cooperativas, pois muitas vezes são atraídos por melhores preços de laticínios, que assim abandonam pelo menos temporariamente a cooperativa.

Dificuldades no acesso às informações e aos debates de grandes temas limitam a inserção dos produtores num mercado competitivo. As mudanças nas legislações que interferem diretamente na produção demoram a ser conhecidas por pequenos produtores. Um exemplo claro é a criação da Instrução Normativa 51, editada em 2002, que tem o objetivo principal garantir a melhora da qualidade do leite e fixar os requisitos mínimos para produção, identidade e qualidade do leite e ainda regulamentar a coleta e o transporte para os leites tipos A, B e C. Apesar de ser um fator positivo, que tem como mérito a procura pela qualidade do leite, esbarra com a dificuldade de se por em prática quando se fala em produtores familiares, que são em número significativo e têm pouco ou nenhum acesso à informação.

A mudança desse cenário está diretamente relacionada com a melhor organização do setor produtivo a fim de se reverter o quadro atualmente desfavorável de São Paulo.

Outra possibilidade é a diversificação das atividades agrícolas dentro de uma propriedade, como alternativa para evitar que produtores de leite abandonem a atividade (WAGNER, 2004).

No início da década de 2000, os altos custos de produção e a queda nos preços recebidos pelo produtor impulsionaram a venda de grande parte do plantel paulista que influenciou a queda da produção do Estado de São Paulo. O resultado dos leilões foi a migração desse rebanho para outros estados.

4.2 - Emprego Formal na Cadeia Produtiva do Leite

As informações sobre o emprego formal da RAIS mostram que existe uma tendência de que a queda de produção afetou o número de empregos no setor, mais especificamente a partir de 1999 quando se observou nitidamente a redução da produção leiteira do Estado de São Paulo.

No período 1995 a 2006, houve crescimento significativo no número de estabelecimentos e nos postos de trabalho com a criação de bovinos (Tabelas 2 e 3). O fato de a categoria "criação de bovinos" incluir tanto a pecuária de corte como a de leite mostra a necessidade de elucidar o que de fato aconteceu nessa atividade. A análise foi complementada com dados preliminares do Censo Agropecuário de 2006/07 que evidenciou acentuado declínio no número de estabelecimentos com atividade leiteira, uma variação negativa de 63,7% no período considerado. Ou seja, o aumento registrado na RAIS se deu por conta do crescimento de estabelecimentos voltados para a pecuária de corte.

A queda nos estabelecimentos com atividade leiteira pode ter ocorrido por conta das vendas ocorridas em leilões, expansão da atividade leiteira para outros Estados e da cana-de-açúcar dentro do Estado de São Paulo.

Na fabricação e preparação do leite verificou-se que em 1996 houve um crescimento tanto nos postos de trabalho quanto no número de estabelecimentos. Porém em 1997 iniciou-se uma tendência inversa nesses indicadores.

Para todo o período entre 1995 e 2006, observou-se que 44,6% dos estabelecimentos com essa atividade deixaram de existir e conseqüentemente ocorreu redução de 34,1% nos postos de trabalho, por conta exatamente do fechamento destes estabelecimentos. Apesar dessas perdas, o ano de 2006 supera as expectativas do setor, com a criação de novos estabelecimentos e postos de trabalho.

Para o comércio atacadista do leite, de 1995 a 2006, também se observou uma diminuição de 73,5% no número de estabelecimentos que repercutiram em 79,1% de vagas perdidas neste elo da cadeia. O impacto da queda de 12,1% da produção paulista entre 1995 e 2006 teve uma repercussão extremamente negativa nos empregos formais do segmento lácteo, mais acentuada no mercado atacadista. Foi o elo mais

TABELA 2 - Número de Estabelecimentos na Cadeia Produtiva do Leite, Estado de São Paulo, 1995 a 2006

Ano	Criação de bovinos	Fabricação e preparação do leite	Comércio atacadista de leite e produtos de leite
1995	8.540	202	1.270
1996	9.295	221	881
1997	9.509	220	655
1998	9.509	217	515
1999	9.702	215	434
2000	10.340	174	340
2001	10.903	156	306
2002	11.539	132	303
2003	17.481	120	306
2004	18.582	117	313
2005	19.486	106	319
2006	23.847	112	336

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2007).

TABELA 3 - Número de Postos de Trabalho Formais na Cadeia Produtiva do Leite, Estado de São Paulo, 1995 a 2006

Ano	Criação de bovinos	Fabricação e preparação do leite	Comércio atacadista de leite e produtos de leite
1995	19.911	4.553	17.876
1996	21.244	5.668	12.154
1997	21.050	4.100	9.080
1998	20.982	4.063	8.274
1999	20.966	3.424	6.125
2000	23.411	2.991	4.127
2001	23.742	2.593	3.639
2002	24.631	1.991	3.459
2003	37.254	2.366	3.453
2004	40.171	2.349	2.948
2005	42.347	2.407	3.838
2006	50.208	2.999	3.728

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2007).

frágil dentre os três, em que uma queda na produção advinda do primeiro segmento repercutiu no segundo e atingiu demasiadamente o terceiro.

Quanto à geração de empregos por estabelecimento, a criação de bovinos é a que apresenta a menor relação contratual, cerca de dois postos de trabalho por estabelecimento (Figura 3). Note-se que apesar das quedas na produção, esta relação contratual não foi afetada, mantendo-se constante ao longo dos anos. Esta atividade está espalhada em todo o Estado de São Paulo com inúmeros estabelecimentos. Em 2006, do total de municípios no Estado, 91,5% apresentavam pelo menos um estabelecimento onde a criação de bovinos é a atividade de maior renda. Há uma forte concentração no Vale do Paraíba, extremo oeste do Estado e região cen-

tral onde é possível observar mais de 50 estabelecimentos por município.

A Fabricação e Preparação do Leite é o segmento da cadeia produtiva leiteira que apresenta a melhor relação contratual, cerca de 26,8 empregados por estabelecimento. Ao longo da série, observou-se que esta relação diminuiu até 2002, quando então voltou a crescer. Isso pode ser atribuído tanto ao aspecto de redução de estabelecimentos como ao enxugamento do quadro de funcionários de cada empresa, mas a partir de 2003, a relação volta a crescer. O número de estabelecimentos decresceu, ao passo que as contratações aumentaram, elevando esse indicador (Tabelas 2 e 3).

No comércio atacadista, verificou-se uma fraca possibilidade de geração de emprego

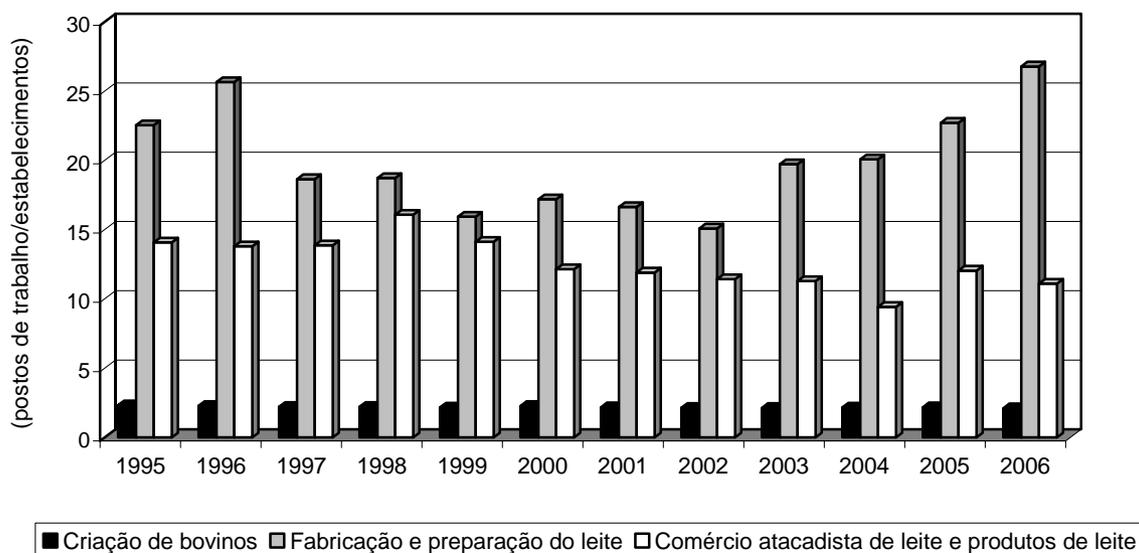


Figura 3 - Relação Média de Contratações por Estabelecimento na Cadeia Produtiva do Leite, Estado de São Paulo, 1995 a 2006.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2007).

por unidade empregatícia. Apesar de, em 2006, este valor estar em torno de 11,1 empregados/estabelecimento, sua tendência foi de declínio ao longo do período analisado.

Esta atividade está distribuída em 103 municípios, sendo que somente São Paulo concentrava 30,4% dos estabelecimentos em 2006 atendendo à demanda da região metropolitana, com alto índice populacional. Nas contratações, São Paulo e Cordeirópolis respondem por 59,4% do total de postos de trabalho nesse mesmo ano.

Com base nesses indicadores, verificou-se que o processamento do leite é o segmento com maior possibilidade de gerar novas vagas, pois foi onde ocorreram os maiores valores comparados aos outros dois elos da cadeia. Porém, no cenário atual não é uma atividade representativa em termos de emprego no Estado de São Paulo, pois hoje é pequeno o número de empresas existentes.

No estado são apenas 86 municípios que apresentam pelo menos um estabelecimento dessa categoria. Em termos de contratação, São Paulo, Patrocínio Paulista e Ribeirão Preto absorveram 42,6% do total de postos de trabalho em 2006.

Uma característica importante, mostrada por Martins e Araújo (2004), é que a indústria

de laticínios tem a capacidade de impulsionar de maneira significativa o crescimento de seus fornecedores, o que representa falar que seu desenvolvimento gera empregos que se expandem para elos da cadeia, para trás, como o de insumos e produtores, o mesmo não ocorrendo para frente, como o comércio atacadista.

No entanto no setor cooperativista, o mesmo não ocorre. Segundo Tupy (2003), a mão-de-obra das Cooperativas de Laticínios do Estado de São Paulo é um dos recursos empregado de forma ineficiente, que gera custos de produção mais elevados que o necessário, no processamento. As firmas empregam menos capital e menos trabalho do que o necessário para o processamento do leite fluido no pico de produção e subutilizam esses fatores fora do pico. Isto representa que se houvesse maior eficiência na administração das cooperativas, provavelmente um maior número de empregos poderia ser gerado.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou que a queda de produção de leite gerou impactos tanto nos empregos formais quanto no número de estabelecimentos ligados à atividade leiteira no Estado de

São Paulo. A possibilidade de utilização dos dados da RAIS se mostrou relevante, já que há falta de informações sobre esta atividade.

Nos resultados obtidos constatou-se que a redução da produção de leite paulista interferiu na geração de empregos formais, principalmente no processamento do leite e no comércio atacadista. No período analisado, entre 1995 e 2006, foram registradas quedas de 44,6% no número de estabelecimentos e 34,1% nos postos de trabalho na preparação de leite. Para o comércio atacadista, no mesmo período deixaram de existir 73,5% dos estabelecimentos e 79,1% do número de vagas em relação a 1995.

Quanto à capacidade de contratações feitas por estabelecimento, a fabricação e preparação do leite é a que tem maior potencial de gerar empregos por unidade de estabelecimento. Em 2006, para o Estado de São Paulo, o indicador para essa atividade é elevado, de 26,7 contratações/estabelecimento, por conta do grande número de operações que demandam o setor industrial.

Vários fatores influenciaram na queda da produção leiteira. O principal é a baixa organização dos produtores que dificulta a melhora da qualidade da produção, redução dos custos, acesso a informações, investimento em extensão rural, etc.

Entre alternativas que revertam o cenário a médio e longo prazo é que haja o fortalecimento da organização dos produtores a fim de se equalizar a qualidade do leite e técnicas de manejo que poderão garantir uma melhor negociação entre produtor e indústria. Em curto prazo, a opção mais viável é que os produtores passem a praticar a compra de insumos e bens de produção em conjunto.

A reestruturação do sistema cooperativo paulista de leite, tão importante para o desenvolvimento da produção leiteira de São Paulo, também é uma forma de debelar a crise. Para isso há necessidade de organização e conscientização do produtor, que nem sempre se vê como dono da cooperativa, e da eficiência administrativa na gerência de seus recursos.

A educação dos pequenos produtores, por meio da recuperação de um trabalho de extensão rural e de ações de assistência técnica, é outra forma que pode contribuir para a melhora da produção e da qualidade final do leite com pouco investimento e mantendo o produtor na atividade com aumento em sua produtividade.

Esse tipo de trabalho tem o mérito de poder auxiliar na manutenção dos produtores no negócio leite e reverter a situação dos pequenos produtores de leite (SILVA, 2006). Um bom exemplo é o programa Balde Cheio, implantado pela EMBRAPA em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da SAA-SP, que tem obtido resultados positivos.

Sobre o emprego, especialistas apontam duas condições de produtores: o pertencente à agricultura familiar e o produtor com perfil mais empreendedor. No primeiro caso, raramente são feitas contratações, uma vez que com poucas práticas de manejo e outras operações, os membros da família executam todas as tarefas necessárias. No segundo caso, uma ou outra contratação é realizada, mas o produtor tem muita dificuldade em encontrar um trabalhador com nível técnico adequado para executar as operações.

Apesar das baixas contratações, a pecuária leiteira (e a de corte) se diferencia de outras atividades agropecuárias importantes como cana-de-açúcar e laranja pelo aspecto sazonal, empregando pouco ao longo do ano, porém de forma permanente, o que não acontece nas outras culturas citadas.

Apesar da queda na produção de leite em São Paulo, o mercado do estado é garantido pois tem a maior população do País e mantém, ainda, um aumento no consumo relacionado ao crescimento vegetativo da população. Além disso, o consumo *per capita* brasileiro que era, em 2006, de 138,7 l/hab./ano, mesmo estando abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 175 l/hab./ano e do Ministério da Saúde de 210 litros/hab./ano, tem previsão de crescimento em 2007, devendo alcançar 141,2 l/hab./ano. A expectativa para 2008 é que chegue a 142,7 l/hab./ano⁷.

O fator renda é uma das explicações já que, historicamente, os lácteos têm sido beneficiados pela preferência do consumidor toda vez que há uma melhora de renda. A compra de derivados lácteos como iogurte e queijos tem se mostrado crescente toda vez que a economia reage favoravelmente.

O atual crescimento econômico brasileiro, próximo dos 5%, aumenta a perspectiva de aumento da procura por produtos lácteos.

⁷Previsão feita pela CNA/OCB-CBCL/Leite Brasil/Embrapa Gado de Leite.

No entanto, apesar da melhora no consumo, a produção brasileira ainda cresce a taxas maiores que o consumo de leite que concorre com outras bebidas como sucos e bebidas à base de soja.

Para evitar a concorrência com outras bebidas, a cadeia de produção teria que se ater mais em investimentos de *marketing*, fato que tem sido colocado, mas ainda não tem tido uma resposta eficiente do segmento como um todo.

No caso de São Paulo, o déficit para atender o mercado, em 2004, podia ser dimensionado pelo consumo que girava em torno de

32,4% da produção nacional com uma produção de apenas 7,4%. Isto é, o volume de leite adquirido de outros estados alcançava 5,82 bilhões de litros (NEVES et al., 2006). Ou seja, há espaço para a produção crescer e ser absorvida no próprio estado, diminuindo a dependência de outros estados.

A existência desse mercado é uma forma de assegurar a recuperação da produção paulista de leite, melhorando a competitividade da cadeia produtiva, promovendo um crescimento no número de estabelecimentos e nos números de vagas no processamento do produto.

LITERATURA CITADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LEITE LONGA VIDA - ABLV. **Leite longa vida**: estatísticas. Disponível em: <<http://www.ablv.org.br/index.cfm?fuseaction=longavida>>. Acesso em: 23 out. 2006 e 11 fev. 2008.

CANZIANI, J. R. ; GUIMARÃES, V. D. A. **Manual do Conseleite - Paraná**. Curitiba: SENAR-PR, 2003.

CARVALHO, M. P. **Goiás dá o exemplo**. Disponível em : <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS - CODEAGRO. **Câmaras setoriais**. Disponível em: <http://www.codeagro.sp.gov.br/camaras_setoriais/camaras.php>. Acesso em: 5 mar. 2008.

FREDO, C. E. et al. Mercado de trabalho formal em atividades agropecuárias paulistas, 1995-2004. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., Fortaleza. **Anais...** p. 1-15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/claativeco/cnae.shtm>>. Acesso em: mar. 2007b.

_____. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?z=t&o=20&i=P>>. Acesso em: mar. 2007a.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Banco de Dados IEA**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>. Acesso em: mar. 2007.

MARTINS, P. do C. ; ARAÚJO, P. F. C. de. Competitividade e eficiência na cadeia produtiva do leite em pó. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, jul./set. 2004.

MILKPOINT. **Goiás tem leite mais caro do país**. 16 abr. 2002. Disponível em: <www.milkpoint.com.br/pop/noticia.ap?noticialD=14168&arealD=50&secaoID> . Acesso em: jan. 2007.

_____. **Pecuária de leite migra para o oeste brasileiro**. 9 abr. 2001. Disponível em:< www.milkpoint.com.br>. Acesso em: fev. 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE . **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: mar. 2007.

NEVES, M. F. et al. (2006). **Tomografia da cadeia do leite em São Paulo**. Disponível em:<<http://www.fundace.org.br/tomografia.php>>. Acesso em: maio 2007.

OTANI, M. N. et al. Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, nº. 4, p. 43-74, abr. 2001.

SILVA, R. O. S. (2006). **Educação**: o melhor caminho para o pequeno produtor de leite. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=3823>>. Acesso em: maio 2007.

ROSOLEN, J. E. Mapa do leite no estado de São Paulo. **Balde Branco**, São Paulo, v. 41, n. 504, p. 39-46, out. 2006.

RUFINO, J. L. S. (s.d.). **Avanços e questões perspectivas na cadeia produtiva do leite**. Disponível em: <http://www.terraviva.com.br/palestra/palestra_4.html>. Acesso em: abr. 2007.

TUPY, O. et al. Eficiência produtiva de cooperativas de laticínios do estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 7, p. 37-46, jul. 2003.

WAGNER, S. A. et al. Padrão tecnológico em unidades de produção familiar de leite no Rio Grande do Sul relaciona-do com diferentes tipologias. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 34, n. 5, out. 2004.

ZOCCAL, R. et al. Mudanças no mapa da produção de leite no Brasil. In: NOVOS desafios para o leite do Brasil. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2007. 210 p.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE LEITE PAULISTA E SEUS IMPACTOS SOBRE O EMPREGO, 1995-2006

RESUMO: O Estado de São Paulo, que por muitos anos foi o segundo produtor nacional de leite, a partir de 1998 passou a ter uma diminuição na sua produção, perdendo espaço considerável no ranking nacional, chegando, em 2001, à 5ª posição. A queda de produção de leite no Estado de São Paulo teve influência na geração de empregos formais nos diferentes elos da cadeia produtiva do leite. O trabalho discute os principais motivos que levaram à decadência dessa cadeia produtiva e os reflexos na geração de empregos formais em três segmentos desta cadeia: a criação de bovinos, preparação do leite e comércio atacadista de leite e produtos de leite, conforme dados da *Relação Anual de Informações Anuais (RAIS)*.

Palavras-chaves: emprego formal, produção leiteira, organização dos produtores.

ECONOMIC ASPECTS OF MILK PRODUCTION AND ITS IMPACT ON JOB GENERATION IN THE STATE OF SAO PAULO OVER 1995-2006

ABSTRACT: As a result of a sharp decrease in production, since 1988 the state of Sao Paulo went from being the second largest milk producer in Brazil to the fifth position in 2001. This sharp fall of milk production led to a decline in formal employment across the different links of the milk supply chain. The paper discusses the main reasons behind the decadence of this industry and its impact of the creation of formal jobs in three segments of the chain: the production of dairy herds, milk preparation and wholesale trade of milk and dairy products, based on data available at the *Annual Report of Social Information (RAIS)* of the Ministry of Labor and Employment (MTE) of Brazil.

Key-words: formal employment, milk production, agricultural producers' organization.

Recebido em 03/04/2008. Liberado para publicação em 25/04/2008.